



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Superintendência Regional Sul
Coordenação de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística
Divisão de Engenharia e Patrimônio Imobiliário
Assessoria Técnica Especializada de Engenharia e Arquitetura
Setor de Serviços de Engenharia de Manutenção

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto estabelecer as condições que regerão a contratação de serviços de telefonia fixa comutado local (STFC-Local), de longa distância nacional (STFC-LDN) e internacional (STFC-LDI) para as chamadas originadas a partir de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados em unidades do INSS vinculadas às Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. Os serviços de telefonia enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. Os serviços de STFC são caracterizados como contínuos pois são imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais e funcionamento das unidades do INSS

1.3. A pretensa Contratação compreenderá 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo e 6 (seis) Subitens por Grupo, que integrados para efeito de licitação constituem futura contratação, conforme tabelas a seguir:

GRUPO 1		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM
1	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)
2	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)
		Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)
3	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)

GRUPO 2		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM
4	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)
5	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)
		Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)
6	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)

GRUPO 3		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM
7	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)
8	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a

	E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	4) Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)
9	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região) Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)

GRUPO 4		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM
10	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo) Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)
11	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degraís de 1 a 4) Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)
12	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região) Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)

1.4. Os quantitativos e valores detalhados dos serviços, constarão nas Planilhas "Perfil de Tráfego- Preços Totais" -Anexo I-C e ANEXO I-B- "LEVANTAMENTO DE CUSTOS- PREÇOS POR SERVIÇO", deste Termo de Referência .

1.5. Na prestação dos serviços exigidos acima serão disponibilizados entroncamentos telefônicos digitais E1 (TDM) para ramais DDR , com todos os acessórios físicos e lógicos para uma perfeita comunicabilidade com PABX Alcatel Omni PCX Enterprise e com portabilidade numérica, obedecidos os endereços e quantidades listadas no **Anexo I-A "PLANTA DE INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA"** e **Anexo I-D "ENDEREÇOS-E1"** .

1.6. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.7. O objeto da licitação compreende 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo e 6 (seis) Subitens por Grupo e possui natureza de serviço comum de engenharia.

1.8. Apresente contratação adotar como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.9. O prazo de vigência dos contratos é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os serviços de STFC são imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais e funcionamento das unidades do INSS e por sua natureza devem ser continuamente contratados, não podendo ocorrer descontinuidade, sob pena de prejudicar o perfeito funcionamento desta autarquia, uma vez que há diversos atendimentos ao público por este meio, assim como trocas de informações entre unidades, empresas terceirizadas, e segurados do INSS, ou seja, inúmeras informações necessárias trafegam para atingir a missão institucional e objetivo da Administração Pública.

2.2. A contratação dos serviços de telefonia tem por escopo assegurar o desempenho das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir tal objetivo a Administração Pública busca, de forma racional, obter o melhor emprego de seus recursos visando atingir a eficiência e eficácia de suas ações.

2.3. o sistema de telefonia do INSS é implementado com tecnologia de PABX Alcatel Omni PCX Enterprise (tecnologia robusta e econômica, já adquirida e implantada pela instituição). A única solução técnica possível é a contratação entroncamentos digitais E1 (TDM) para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), telefonia fixa comutada de longa distância nacional (STFC-LDN) e telefonia fixa comutada de longa distância internacional (STFC-LDI). Portanto, a escolha do modelo de contratação também é baseada em investimentos institucionais anteriormente feitos em PABX de alta performance.

2.4. A solução existente para a prestação desse serviço no âmbito do INSS, consiste na utilização de Entroncamentos Digitais E1 (TDM), cujas plantas da infraestrutura e faixas de numeração DDR já se encontram consolidadas com PABX instalados e em plano funcionamento nas unidades atendidas pelo serviço.

2.5. O modelo de Contratação já é praticado ao longo dos últimos anos pela administração pública Federal em órgãos que possuem PABX com grande fluxo de ligações externas no Sistema de Telefonia Fixo Comutado (STFC) e analisando o painel de preços governamentais é o mesmo modelo adotado pelos órgãos da esfera do governo.

2.6. A contratação pretendida é necessária pelo encerramento dos Contratos vigentes e pela adequação dos serviços de telecomunicações, face a nova realidade orçamentária e números de servidores, pelo crescimento constatado na demanda pelos serviços de voz em sistemas de telecomunicações, pelo ganho em produtividade e eficiência que os serviços de telecomunicações em comento podem proporcionar para o desempenho das atividades exercidas pelos gestores e funcionários da Administração.

2.7. Justifica-se a contratação pretendida:

- I - pela impossibilidade de aditamento dos contratos de prestação de STFC Local e de Longa Distância Nacional (LDN) e Internacional (LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 atualmente em vigor;
- II - por tratar-se de serviço essencial e imprescindível às atividades exercidas nas Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III;
- III - pela necessidade de integração das Centrais PABX TDM/VOIP adquiridas pela Direção Central instaladas nas sedes das Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III e unidades do INSS vinculadas;

IV - pela necessidade de redução de custos com o serviço, levando-se em conta a competição entre as prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado, atuantes no mercado.

2.8. É vantajosa para a administração pela relação custo-benefício, haja vista o barateamento das tarifas dos serviços nos planos básicos e alternativos das prestadoras, em virtude da acirrada competição pelo cliente corporativo e ganho em escalada com contratação centralizada. Possibilita a transmissão e recepção de voz a longas distâncias, sem necessidade da presença física entre os participantes das conversas \ reuniões.

2.9. A Justificativa e objetivo da contratação também encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DO PARCELAMENTO E AGRUPAMENTO DA SOLUÇÃO

3.1. Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala.

3.2. A IN 05/2017 define que o parcelamento da solução é a regra, devendo haver justificativa sempre que esta solução não for adotada.

3.3. Os serviços a serem contratados compreendem 3 modalidades de serviços descritos a seguir:

- a) Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM);
- b) Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional para chamadas originadas entroncamentos digitais E1; e
- c) Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional para chamadas originadas entroncamentos digitais E1.

3.4. Em relação aos diversos serviços (itens e subitens) a serem executados pela contratada, entendemos que estes são extremamente interdependentes, ou seja, não é possível uma empresa realizar apenas uma atividade e outra dar continuidade aos serviços anteriores. O mercado brasileiro, se dá por operadoras que possuem concessão junto a ANATEL e a tecnologia necessária para oferecê-los em “pacotes”.

3.5. Levantou-se que não teria sentido contratar serviço de telefonia Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional separadamente com operadoras distintas (trazendo entraves, inclusive, para a plena utilização e configuração dos PABXs do INSS, bem como problemas de administração técnica do contrato no que concerne a interconexão de sistemas de telecomunicações nacional e internacional entre operadoras distintas.

3.6. Portanto, a administração do INSS decidiu realizar a contratação da proposta mais vantajosa baseando-se no fato de que ao se aglutinar os serviços (itens e sub itens) de mesma natureza (local, nacional e internacional) nos entroncamentos digitais E1 (TDM), haverá maior interesse das empresas prestadoras destes serviços em razão do volume de tráfego que comporão cada item e sub itens isoladamente.

3.7. Porém como trata-se de regiões e estados diferentes onde estão localizadas as Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III e unidades vinculadas, regiões essas onde há diferentes concessionárias de telecomunicações outorgadas pela ANATEL, a administração do INSS optou por dividir a licitação em 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo e 6 (seis) Subitens por Grupo, que integrados para efeito de licitação constituem a futura contratação.

3.8. Portanto o objeto da licitação compreende 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo e 6 (seis) Subitens por Grupo e possui natureza de serviço comum de engenharia e adotará como regime de **Execução Indireta no Regime de Empreitada por Preço Unitário**;

3.8.1. Frisa-se que a obtenção de proposta mais vantajosa baseia-se no fato de que ao se aglutinar os serviços (itens e sub itens) de mesma natureza (local, nacional e internacional) em cada GRUPO irá promover maior interesse das empresas prestadoras destes serviços em razão do volume de tráfego que comporão cada item e subitem isoladamente, já que os custos fixos da empresa vencedora de cada Grupo serão os mesmos, permitindo maior disputa pelos serviços em razão do ganho de escala, pois os custos serão diluídos pelo maior volume de tráfego de cada superintendência, o que faria o preço cair.

3.9. Destarte a equipe de planejamento optou por aglutinar os itens e subitens por Grupo para obtenção de proposta mais vantajosa para a administração, considerando como o mercado funciona e dividindo os grupos conforme região e plano de outorgas da ANATEL, permitindo assim que todas as concessionárias outorgadas por região/Grupo possam participar da licitação.

4. DESCRIÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS DA SOLUÇÃO

4.1. Contratação de serviços de telefonia fixa comutado local (STFC-Local), de longa distância nacional (STFC-LDN) e internacional (STFC-LDI) para as chamadas originadas a partir de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados em unidades do INSS vinculadas às Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III.

4.2. O STFC é classificado, quanto a sua abrangência, como serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em regime público e em regime privado, e objeto de, respectivamente, concessão ou permissão e autorização, conforme disposto no Plano Geral de Outorgas.

4.3. Existem no mercado várias empresas especializadas e outorgadas pela ANATEL, disponíveis para prestarem o STFC, que poderão participar do certame licitatório.

4.4. Todo o sistema de telefonia do INSS é com tecnologia de PABX Alcatel Omni PCX Enterprise (tecnologia robusta e econômica, já adquirida e implantada pela instituição). A única possível solução técnica é a contratação entroncamentos digitais E1 (TDM) para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), telefonia fixa comutada de longa distância nacional (STFC-LDN) e telefonia fixa comutada de longa distância internacional (STFC-LDI).

4.5. A solução existente para a prestação desse serviço no âmbito do INSS, consiste na utilização de Entroncamentos Digitais TDM, cujas plantas da infraestrutura já se encontram consolidadas com PABX instalados e em pleno funcionamento nas unidades atendidas pelo serviço.

4.6. Os serviços de STFC serão prestados para chamadas originadas a partir Entroncamentos Digitais E1 (TDM), já instalados nas unidades consumidoras vinculadas ao INSS/SR Sul, Sudeste II e Sudeste III.

4.7. Os quantitativos e valores detalhados dos serviços, constarão nas Planilhas “**Perfil de Tráfego- Preços Totais**” -Anexo I-C e ANEXO I-B- “**LEVANTAMENTO DE CUSTOS- PREÇOS POR SERVIÇO**” deste Termo de Referência, visando atender as necessidades de telecomunicações das Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III e unidades vinculadas.

4.8. Descrição detalhada dos tipos de serviços a serem executados:

4.8.1. Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO):

- a) Serviços Telefônicos Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local para telefones fixos nesta mesma área (LOCAL-FF)

4.8.2. Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL - (VC1):

- a) Serviço Telefônico Fixo-Móvel INTRAOPERADORA na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local para telefones móveis da mesma operadora nesta mesma área. (LOCAL-FM-IO),
- b) Serviço Telefônico Fixo-Móvel EXTRAOPERADORA na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local para telefones móveis de outra operadora nesta mesma área.(LOCAL-FM-EO)

4.8.3. Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4):

- a) Serviços Telefônicos Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (degraus 1 a 4), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas Locais, em todo o país (LDN-FF-QO)
- 4.8.4. Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 e VC3):
- a) Serviços Telefônicos Fixo-Móvel Intra-Operadora e Extra-Operadora, na modalidade Longa Distância Nacional, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local destinadas a telefones móveis para qualquer operadora em áreas com Código Nacional diferente das áreas Locais, em todo o país (LDN-FM-QO)
- 4.8.5. Ligações LDI (LDI - STFC - FIXO/FIXO) Origem Fixo - Qualquer País/Região
- a) Serviços Telefônicos Fixo-Fixo, na modalidade Longa Distância Internacional, assim entendidas as ligações oriundas de telefones fixos com destino a telefones fixos (LDI - STFC - F/F) para todos os países, independente de região.
- 4.8.6. Ligações LDI (LDI - STFC - FIXO/MÓVEL) Origem Fixo - Qualquer País/Região
- a) Serviços Telefônicos Fixo-Móvel, na modalidade Longa Distância Internacional, assim entendidas as ligações oriundas de telefones fixos com destino a telefones móveis (LDI - STFC - F/M) para todos os países, independente de região.
- 4.9. As concessionárias ou autorizadas estão habilitadas a fornecer todas as modalidades de interconexão (Local, LDN e LDI) conforme site da Anatel para atender o objeto deste termo.
- a) Consulta de operadoras/modalidades e as operadoras com as maiores quantidades de assinantes dos serviços de telecomunicações de telefonia fixa (STFC), Fonte ANATEL site:
- I - <http://sistemas.anatel.gov.br/stel/consultas/ListaPrestadorasServico/tela.asp?pNumServico=171>
- II - <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefonia-fixa>

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se como serviço de engenharia, na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. Os serviços de STFC são caracterizados como contínuos pois são imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais e funcionamento das unidades do INSS.
- 5.2. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica em Sistema de Registro de Preços (SRP).
- 5.3. O Serviço Telefônico Fixo Comutado é um serviço auxiliar necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições. A contratação pretendida deverá estender-se por mais de um exercício financeiro e a interrupção do serviço comprometerá a continuidade das atividades desenvolvidas nas Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III, Gerências Executivas e unidades do INSS vinculadas, pelo que o mesmo está perfeitamente enquadrado como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.
- 5.4. Foram observados todos os elementos previstos no inciso IX do art. 6º da Lei 8666/93, considerando que trata-se essencialmente de disponibilização dos serviços necessários ao funcionamento dos ramais telefônicos e sistemas de telecomunicações instalados nas unidades do INSS.
- 5.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 5.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 5.7. Cabe a contratada a execução dos serviços de instalação com fornecimento de materiais e soluções lógicas para execução das atividades e demais itens necessários para o completo funcionamento da comunicabilidade do PABX-DDR, de forma a atender às necessidades do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e no atendimento as normas da ANATEL e ABNT;
- 5.8. Os serviços serão prestados sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.
- 5.9. O desconto será aplicado sobre valor mensal do item e irá definir os valores unitários (por minuto) para cada tipo de serviço;
- 5.9.1. Na apresentação da proposta a empresa deverá apresentar os valores unitários sendo que estes não poderão ser superiores aos preços estimados pela administração.
- 5.10. Serão obrigatoriamente repassados para os novos entroncamentos E1s (TDM) fornecidos todos os descontos obtidos na licitação decorrente deste Termo de Referência.
- 5.11. Objetivando a prestação dos serviços especificados em de cada Grupo neste Termo de Referência, deverão ser fornecidos entroncamentos/links digitais (E1) para DDR, nos endereços do **Anexo I-D "ENDERECOS-E1" em quantidades do Anexo I-A "PLANTA DE INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA"** ou em outras Unidades Operacionais que vierem a ser criadas no âmbito das Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III, Gerências Executivas e unidades do INSS vinculadas, a critério do INSS.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

- 6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 6.1.1. A contratação do serviço de telefonia fixa comutada local e de longa distância nacional e internacional, para chamadas originadas entroncamentos digitais E1 (TDM) deverá atender as diretrizes e normas da Administração Pública, bem como aquelas internas do INSS, em conformidade com as justificativas, especificações técnicas e documentos técnicos administrativos elencados na IN 05/2017 e na IN 40/2020.
- 6.1.2. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99% (noventa e nove por cento) do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 48 (quarenta e oito) horas contados da data da abertura da solicitação, conforme definido pela Resolução nº 717/2019 ANATEL (Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL).
- 6.1.3. Deverá utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL (Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL. Resolução nº 717/2019 ou mais atual).
- 6.2. Os requisitos legais da contratação abrangem o seguinte:
- 6.2.1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- 6.2.2. Lei nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 6.2.3. Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 6.2.4. Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- 6.2.5. Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

- 6.2.6. Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 6.2.7. Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 6.2.8. Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 6.2.9. Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, de 26/05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não; contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 6.2.10. Instrução Normativa ME nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 6.2.11. Instrução Normativa PRES/INSS Nº 129, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021: Dispõe sobre o planejamento e gerenciamento das contratações de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação, diretrizes para compras compartilhadas, e para elaboração do Plano Anual de Contratações.
- 6.2.12. Lei n.º 9.472, de 16/07/97 - Lei Geral de Telecomunicações;
- 6.2.13. Resolução ANATEL n.º 321, de 27/09/2002, e alterações posteriores, que aprova o Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal;
- 6.2.14. Resolução ANATEL n.º 317, de 27/09/2002, que aprova o Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal;
- 6.2.15. Resolução ANATEL n.º 477, de 07/08/2007, e alterações posteriores, que aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal. Resolução ANATEL n.º 575, de 28/10/2011, que aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP;
- 6.2.16. Resolução ANATEL n.º 426, de 09/12/2005, que aprova o Regulamento do STFC;
- 6.2.17. Resolução ANATEL nº 460, de 19/03/2007, Regulamento Geral de Portabilidade;
- 6.2.18. Resolução nº 749, de 15 de março de 2022, Regulamento de Numeração dos Serviços de Telecomunicações e dá outras providências;
- 6.2.19. Resolução ANATEL nº 693, de 17/07/2018, Regulamento Geral de Interconexão entre operadoras: Regulamento Geral de Interconexão (RGI);
- 6.2.20. Resolução ANATEL nº 654, de 13/07/2015;
- 6.2.21. Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019, Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RQUAL-STFC;
- 6.2.22. Resolução nº 737, de 27 de novembro de 2020 - Aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional – LDN e Longa Distância Internacional – LDI;
- 6.2.23. Lei Complementar nº 194 de 2022; e
- 6.2.24. Outros regulamentos específicos e normas aplicáveis ao serviço.
- 6.3. Requisitos de Negócio
- 6.3.1. O serviço telefônico fixo na modalidade Local compreende a realização de chamadas locais de telefones fixos para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR), no caso de telefones fixos. Além disso, serão licitados serviços nas modalidades de Longa Distância Nacional e Internacional.
- 6.3.1.1. Descrição das funcionalidades:
- a) Serviços telefônicos migrados;
 - b) Entrega dos Serviços Telefonia Fixa Comutada (STFC), via entroncamentos digitais E1 (TDM);
 - c) Portabilidade numérica;
 - d) Alocação de faixas de numeração de ramais DDR conforme quantidades e numeração descrita no **Anexo I-A "PLANTA DE INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA" e Anexo I-D "ENDERECOS-E1"**;
 - e) Identificador de chamadas;
 - f) Número piloto tronco chave;
 - g) Troca de faixa de numeração DDR e tronco chave se solicitado pela gestão contratual;
 - h) Contas detalhadas por ramal DDR e agrupadas por tronco chave ou por estado conforme solicitado pela Gestão Contratual;
 - i) Garantia de todos os serviços adquiridos no contrato, bem como o entroncamento de saída/entrada fornecida pela CONTRATADA seja suficiente e necessária para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico, conforme item 20.4.5 deste TR;
- 6.4. Requisitos de Capacitação:
- 6.4.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.
- 6.5. Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico
- 6.5.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento em até 4 horas em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.6. Requisitos Temporais:
- 6.6.1. Requisito Temporal - Quanto ao Serviço de Telefonia Fixa Comutada via entroncamentos E1:
- a) A CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias na sua rede para entregar o link E1 em perfeita harmonia com o PABX Alcatel Omini PCX Enterprise.
 - b) Realizar a publicação da faixa de numeração.
- 6.6.1.1. Alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas Características de Conectividade, Troca de Faixa de Numeração DDR ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA:
- a) Prazo: Serão efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE.
- 6.6.1.2. Alteração de endereço para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura:
- a) Prazo: Serão efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.
- 6.6.1.3. Alteração de endereço para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e não possui folga de infraestrutura.
- a) Serão efetivadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.
- 6.7. Requisitos de Segurança da Informação:
- 6.7.1. A contratada deverá obedecer o controle de acesso aos racks do PABX ou PABX IP.

6.8. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:

6.8.1. O presente processo deve estar aderente à Lei 12.305/ 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.9. Requisitos de Implantação:

6.9.1. A CONTRATADA deverá promover as adequações e fornecer os materiais necessários para prover os serviços e entroncamentos E1 independentemente dos meios físicos serem via par metálico, fibra óptica ou sem fio, aos modelos de PABX Alcatel-Lucent Omni PCX Office Enterprise - OXE CRISTAL e OXE COMUM, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

6.9.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída independentemente dos meios físicos serem via par metálico, fibra óptica ou sem fio, e a alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE de modo a CONTRATADA fornecer um perfeito funcionamento de todo o sistema.

6.10. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica:

6.10.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela manutenção dos equipamentos (modem, roteador, MUX, etc.) e serviços pelo tempo da contratação.

6.11. Requisitos de Experiência Profissional

6.11.1. Conforme Qualificação Técnica Operacional descrito neste documento

6.12. Requisitos de Metodologia de Trabalho:

6.12.1. A CONTRATADA deve prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

6.12.2. A CONTRATADA deve fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana.

6.12.3. A CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 horas corridas, para as capitais estaduais e em até 72 horas para as demais cidades, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

6.12.4. Para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, a CONTRATADA deve utilizar como os parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RQUAL-STFC Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019 ou mais atual).

6.13. Outros Requisitos Aplicáveis:

6.13.1. Outros parâmetros e regras definidas na Resolução ANATEL nº 737, de 27 de novembro de 2020 ou mais atual devem ser observados na prestação dos serviços.

6.14. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6.15. Os quantitativos e valores detalhados dos serviços, constarão nas Planilhas “Perfil de Tráfego- Preços Totais”- Anexo C deste Termo de Referência, visando atender as necessidades de telecomunicações das Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III e unidades vinculadas.

7. DO PERFIS DE TRÁFEGO E VALORES ESTIMADOS

7.1. Os perfis de tráfego telefônico estabelecidos correspondem à média mensal e anual, e servirá tão somente de subsídio às licitantes na formulação de proposta, na oferta do percentual de desconto e, ao Pregoeiro, na análise e aferição da proposta mais vantajosa para o INSS, não se constituindo em qualquer compromisso futuro para o INSS.

7.2. Trata-se de um levantamento feito pela equipe técnica do INSS, com base no perfil de uso dos serviços de cada item e subitem listados neste Termo e levantamento de gastos nos últimos anos e contratos já firmados pela instituição.

7.3. Para fins de fornecimento de proposta, as quantidades expressas nos perfis de tráfego deverão ser consideradas como minutos tarifáveis.

7.4. Nas planilhas Anexo C -“Perfil de Tráfego- Preços Totais” deste Termo, constam detalhadamente quantitativos e valores detalhados dos serviços para chamadas local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional para os 04 (quatro) GRUPOS, originadas dos entroncamentos digitais E1 instalados nas unidades operacionais integrantes das Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III, destinadas a telefones fixos ou celular;

7.5. Os valores dos minutos tarifáveis (itens e subitens), constam detalhadamente no Anexo I-B- Levantamento de Custos- Preços por serviço deste Termo de Referência.

8. PREÇOS E HORÁRIOS DE TARIFAÇÃO

8.1. Na formalização da proposta, a licitante deverá considerar:

- a) os preços constantes de seu Plano Básico de Serviço ou Plano Alternativo de Serviço;
- b) o perfil de tráfego telefônico estabelecido; e
- c) o horário de 00:00 às 24:00 horas, em todos os dias da semana.

9. DO CRONOGRAMA

9.1. A CONTRATADA deverá finalizar os serviços de disponibilização dos entroncamentos E1s em um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do termo contratual.

9.2. Cronograma físico-financeiro a ser executado:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO		
MARCO	EVENTO	RESPO
AC	Assinatura do Contrato (AC)	CONTRATADA / CONTRAT
AC + 3 dias corridos	Reunião inicial	CONTRATADA / CONTRAT
AC + 30 dias corridos	Disponibilização dos troncos E1 - Publicação das atuais numerações DDR	CONTRATADA
AC + 40 dias corridos	Finalização dos trabalhos e Emissão do Termo de Recebimento Provisório	CONTRATADA/CONTRATA
AC + 45 dias corridos	Emissão do Termo de Recebimento definitivo	CONTRATADA/CONTRATA
Termo de Recebimento Definitivo + 30 dias	Emissão da nota fiscal	CONTRATADA/CONTRATA

10. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

10.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

10.1.1. Após consulta na Instrução Normativa nº 1/2010 e 2/2014 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Lei 12.305/ 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Catálogo de Materiais Sustentáveis (CATMAT Sustentável) e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5 edição, revista, atualizada e ampliada, agosto/2022), disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio http://www.gov.br/agu-pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf.

10.1.1.1. Foi constatado que nenhum dos dispositivos legais / itens se aplicam realmente na prestação dos serviços de telefonia STFC, porque, não há implementações de execuções e obras nas unidades, não ensejando em obras ou modificações estruturantes nas unidades. Há apenas uma instalação de circuito de telefonia e modem no Rack do PABX de cada unidade/ endereço, integrante do processo.

10.1.1.2. Ressaltamos ainda, que a pretensa contratação não contempla aquisição de bens e materiais ou serviços que envolvam descartes de resíduos como pilhas ou baterias, pois os PABX(s) e equipamentos telefônicos e eletrônicos, já foram adquiridos pela instituição, sendo estes objetos de contratos e investimentos anteriores.

11. DA VISTORIA

11.1. O licitante interessado em participar deste Pregão poderá vistoriar os locais onde serão executados os serviços, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à SERLIC SRSUL, por mensagem eletrônica destinada a serlic.srsul@inss.gov.br.

11.1.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11.2. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue mídia digital, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

11.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

11.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

12.1.1. Visando dar continuidade às atividades públicas, os serviços contratados deverão ser ativados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato, dentro do qual a CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública e da CONTRATANTE, incluindo a publicação da faixa de numeração e execução das infraestruturas necessárias.

12.1.2. A CONTRATADA deverá realizar as Instalações das infraestruturas dos cabos metálicos, fibra óptica ou antenas (caso wireless), suportes, conexões, equipamentos ativos (modems, roteadores, MUX) e passivos, racks e softwares necessários a boa prestação dos serviços objeto deste Termo.

12.1.3. As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas Características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE.

12.1.4. A execução dos serviços será iniciada, após a assinatura do contrato, cujas etapas obedecerão os prazos do cronograma físico-financeiro **(Item 9 deste Termo)**.

12.1.5. Se a contratada for diferente da atual operadora:

a) Uma vez terminada a Instalação, a CONTRATADA deverá entregar todos os pontos instalados em pleno funcionamento e para a Entrega Definitiva da Rede a CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao INSS, dentro do cronograma físico-financeiro (Item 9 deste Termo), os relatórios mostrando o funcionamento dos troncos E1 e testes necessários alinhando os entroncamentos E1 com os PABX da Contratante;

12.1.6. Se a contratada for a mesma da atual operadora:

a) Não há necessidade de entrega de relatórios.

12.1.7. Acerca de alterações e/ou inclusões de endereço para instalação e/ou realocação de troncos digitais (E1), para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos e, para locais que não se encontrem atendidos pela CONTRATADA ou não possuam folga de infraestrutura, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE e sem ônus para a mesma.

13. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

13.1. A CONTRATADA deverá promover as adequações e fornecer os materiais necessários para prover os serviços e entroncamentos E1 independentemente dos meios físicos serem via par metálico, fibra óptica ou sem fio, aos modelos de PABX Alcatel-Lucent Omni PCX Office Enterprise - OXE CRISTAL e OXE COMUM, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

13.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída independentemente dos meios físicos serem via par metálico, fibra óptica ou sem fio, e a alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE de modo a CONTRATADA fornecer um perfeito funcionamento de todo o sistema.

14. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

14.1. O Modelo de Gestão do Contrato se dará com fundamento na IN 05/2017 e eventuais alterações posteriores, bem como à luz dos normativos internos desta autarquia e seus manuais.

14.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3. O conjunto de atividades de que trata o item anterior compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as disposições constantes da IN 05/2017 e seus anexos.

14.4. O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo dos fiscais setorial e administrativo ou fiscal técnico, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, a ser exercidas por servidores, que formarão a equipe de fiscalização, com clara distinção de atividades no exercício dessas atribuições.

14.6. Da Indicação de Fiscais/Gestores:

- 14.7. Indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá à Coordenação de Orçamento, Finanças e Logística- COFL, ou autoridade por esta delegada, a qual emitirá Portaria específica de designação da equipe de fiscalização, conforme subitem f do inciso V do parágrafo único do artigo 237 do Regimento Interno do INSS.
- 14.8. Para o exercício da função, considera-se científica a equipe de fiscalização contratual a partir da publicação da portaria.
- 14.9. Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá à autoridade administrativa demandante dos serviços ou à autoridade por esta delegada.
- 14.10. O fiscal substituto atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.
- 14.11. O gestor ou fiscais e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.
- 14.12. Para o exercício da função, os fiscais deverão receber os documentos essenciais da contratação.
- 14.13. O encargo de gestor ou fiscal não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal, devendo expor à autoridade administrativa as deficiências e limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições, se for o caso.
- 14.14. Comprovada a deficiência ou limitação técnica do servidor designado para o exercício da atividade de fiscal ou gestor do contrato, a Administração deverá providenciar a sua qualificação para o desempenho das atribuições, conforme a natureza e complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida.
- 14.15. Do Preposto da Contratada e Comunicações:
- 14.16. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.
- 14.17. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 14.18. As comunicações entre o INSS e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica anexada aos autos.
- 14.19. O INSS convocará o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 14.20. Após a assinatura do contrato, sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, o INSS poderá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 14.21. Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação.
- 14.22. Da Medição dos Serviços:
- 14.22.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 14.22.2. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, níveis mínimos de serviço exigidos (Resolução nº 717/2019- ANATEL-RQUAL-STFC) e o Índice de Medição de Resultado, estabelecido na IN 05/2017-SLTI- MPOG, contemplando Indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Administração, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.
- 14.22.3. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.
- 14.23. Os indicadores são:
- 14.23.1. Prestação dos serviços contratados de acordo com as disposições previstas na legislação, de caráter contínuo regulamentado pela IN05/2017 - SLTI/MPOG, pontualidade e qualidade na prestação do serviço, fornecimento de materiais e equipamentos, cumprimento das obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme reza neste Termo de Referência;
- 14.23.2. O fiscal setorial do contrato acompanhará o cumprimento das atividades previstas.
- 14.23.3. Apurado o não cumprimento o Contratante será penalizado
- 14.23.4. O CONTRATANTE notificará a CONTRATADA quanto à formalização mencionada no subitem anterior para formalização.
- 14.23.5. A CONTRATADA, terá 3 dias úteis, antes do pagamento da fatura do último mês do período avaliativo, para apresentar recurso quanto aos apontamentos das falhas, sob pena de rescisão.
15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 15.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 15.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 15.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 15.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 15.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

15.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

15.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

15.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

15.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere à implantação, operação e níveis de serviço;

16.2. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

16.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais

16.4. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade adequadas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

16.5. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou no Distrito Federal, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE;

16.6. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;

16.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

16.8. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, disponível em horário comercial, aceitando-se a disponibilização de central de atendimento no estilo call center para atendimento específico ao Governo e grandes clientes corporativos;

16.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

16.11. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.13. Apresentar Nota Fiscal/Fatura detalhada por número DDR e agrupada por tronco chave, com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;

16.14. Apresentar mensalmente e de forma gratuita, a critério da CONTRATANTE, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados de voz, em arquivo eletrônico compatível com arquivo de texto no formato TXT e PDF no padrão FEBRABAN (versão 3 ou superior, conforme www.febraban.org.br), ou em papel (caso a contratante solicite explicitamente), incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório;

16.15. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

16.16. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

16.17. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.

16.18. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

16.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

16.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.

16.21. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

16.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

16.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

16.25. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.26. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

16.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 16.28. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 16.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 16.31. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 16.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 16.33. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 16.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 16.35. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 16.36. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 16.37. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 16.38. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 16.39. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 16.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 16.41. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes elétricas e de comunicação.
- 16.42. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 16.43. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 16.44. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 16.45. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os equipamentos, insumos e serviços objeto do Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE;
- 16.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010;
- 16.47. Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas do CONTRATANTE, nos locais de trabalho;
- 16.48. Zelar pela discricção e integridade durante a execução dos serviços;
- 16.49. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sob todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar os empregados nesse sentido;
- 16.50. A presença da fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor;
- 16.51. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora;
- 16.52. A CONTRATADA responderá integralmente por todos os materiais, máquinas, ferramentas, transportes, supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços, inclusive apoio técnico-administrativo do escritório da CONTRATADA;
- 16.53. Fica a cargo da CONTRATADA o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's), bem como Equipamentos de Proteção Coletivos (EPC's) adequados ao risco de cada atividade, em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como a exigência da utilização desses equipamentos, a orientação e treinamento do trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação e a substituição quando danificado ou extraviado. Todos os EPI's devem ter Certificado de Aprovação - CA, aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do trabalho. Todas as normas de segurança deverão ser rigorosamente respeitadas;
- 16.54. Fornecerá e instalará, quando aplicável, nos locais suscetíveis a acidentes, equipamentos de segurança;
- 16.55. Quando aplicável, a CONTRATADA executará os serviços sem impedir o funcionamento das atividades exercidas no imóvel ou na vizinhança. Para tal, sempre que necessário ou por solicitação da Fiscalização, deverá haver trabalho noturno, em fins-de-semana e feriados, não havendo, entretanto, custo adicional à CONTRATANTE;
- 16.56. Comunicará previamente, solicitando autorização para eventuais modificações, em relação ao inicialmente previsto;
- 16.57. Não serão considerados motivos para prorrogação do prazo do contrato os dias de chuva, greve dos transportes ou da categoria, não podendo, portanto, ser descontado. Se ocorrer um destes imprevistos a CONTRATADA deverá se programar, aumentando o efetivo ou trabalhando no turno da noite para compensar a paralisação, não havendo, entretanto, custo adicional à CONTRATANTE;
- 16.58. A Fiscalização determinará, quando necessário, a prioridade dos serviços e o controle das condições de trabalho;
- 16.59. A execução de qualquer serviço deverá obedecer às prescrições contidas nas normas da ABNT e neste processo relativas à execução dos serviços específicos para instalação e recomendações do fabricante para os diversos materiais;
- 16.60. Todos os materiais e equipamentos a serem empregados nos serviços deverão ser de primeira qualidade e os serviços imperfeitos deverão ser prontamente refeitos a expensas da CONTRATADA;
- 16.61. Todos e quaisquer danos causados ao prédio provenientes dos serviços a serem executados como circulação de homens e materiais, manuseio de materiais e equipamentos, entre outros, deverão ser comunicados por escrito à Fiscalização e reparados pela CONTRATADA a expensas da mesma;

- 16.62. A CONTRATADA se obrigará a apresentar uma relação nominal dos operários que executarão os serviços objeto das presentes especificações, devendo esses funcionários fazer uso dos crachás de identificação durante os serviços;
- 16.63. A forma de apresentação deste trabalho e demais elementos fornecidos não poderão ser alegados, sob qualquer pretexto, como motivo de entendimento parcial ou incompleto por parte dos interessados, visto que o Serviço de Licitações - SERLIC do INSS encontra-se à disposição dos interessados para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Nos casos onde couber a aceitação pelos órgãos públicos competentes e concessionários de serviços executados, é de exclusiva responsabilidade da executante as correções das imperfeições e não conformidades que obstruam a obtenção da referida aceitação, conforme inciso II do artigo 241 do Regimento Interno do INSS. ;
- 16.64. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou a de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;
- 16.65. Caso a CONTRATADA tenha que refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as despesas necessárias;
- 16.66. O CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, bem como o que apresente qualificação inadequada ou inabilitação para a prestação dos serviços;
- 16.67. À CONTRATADA fica expressamente proibido do aproveitamento de servidores do INSS, para execução dos serviços objeto do Contrato e de acordo com o art. 7º do Decreto nº 7203, de 04.06.2010, fica vedada a contratação de familiar para prestação de serviços no INSS onde o agente público exerça cargo em comissão ou função de confiança;
- 16.68. Eximir-se de divulgar e fornecer dados ou informações obtidas em razão do Contrato, bem como utilizar o nome do INSS para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, sem autorização prévia da Instituição;
- 16.69. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 16.70. Cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da inexecução do objeto ora contratado;
- 16.71. Facilitar e permitir ao CONTRATANTE a qualquer momento, a realização de vistoria e acompanhamento do cumprimento do objeto do Contrato, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade da CONTRATADA, assegurado, a qualquer tempo, o direito à plena fiscalização dos serviços licitados, permitindo o livre acesso dos fiscais a todo o local de execução dos serviços, a toda documentação correlata, permitirem a retirada pelos fiscais de documentos para diligências, tudo independentemente de prévia comunicação à CONTRATADA;
- 16.72. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- 16.73. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de ato danoso, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Contrato a ser firmado;
- 16.74. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 16.75. Ressarcir os bens desaparecidos de propriedade do CONTRATANTE, ou que estejam sob sua responsabilidade, cuja atuação da CONTRATADA tenha ocorrido com dolo ou culpa – negligência, imprudência ou imperícia -, devidamente apurada em procedimento administrativo e garantida a defesa prévia;
- 16.76. A CONTRATADA é a única responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços relativos ao Contrato;
- 16.77. Receber, organizar e programar as atividades referentes às demandas recebidas da CONTRATANTE;
- 16.78. Manter os recursos humanos e materiais necessários para atendimento das demandas;
- 16.79. A execução obedecerá rigorosamente às normas contidas neste Termo de Referência;
- 16.80. Todas as ordens de serviço ou comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito e só assim produzirão seus efeitos;
- 16.81. Ficará a critério da FISCALIZAÇÃO impugnar qualquer trabalho executado e que não satisfaça as condições contratuais;
- 16.82. Será de total responsabilidade da CONTRATADA a recomposição e substituição de pisos, soleiras, telas, reparos de forros de gesso, paredes, etc., que porventura, forem danificados durante a instalação obedecendo sempre as especificações originais existentes;
- 16.83. Os serviços serão esmerados e duráveis, sendo executados com cuidado, por profissionais com capacidade e experiência em serviços anteriores;
- 16.84. A CONTRATADA deverá ser responsável legal por qualquer ônus e encargos decorrentes dos entulhos e materiais descartáveis oriundos dos serviços;
- 16.85. Detalhes construtivos não constantes destas especificações, mas que as boas técnicas recomendem, são considerados como se dela fizessem parte;
- 16.86. Todo o material referente à instalação existente, que for substituído, deverá ser retirado e colocado à disposição do INSS, em local indicado pela FISCALIZAÇÃO ou pelo Fiscal Administrativo. Nada deverá ser julgado inservível pela CONTRATADA, cabendo este julgamento à FISCALIZAÇÃO;
- 16.87. Em caso de divergência técnicas, salvo quando houver acordo entre as partes, será adotada a seguinte prevalência:
- a) As Leis, Normas e Atos da Anatel prevalecem sobre este Termo de Referência;
- 16.88. A CONTRATADA deverá recorrer à FISCALIZAÇÃO para esclarecimentos ou orientação sobre os casos omissos ou suscetíveis de dúvidas, sendo as decisões finais sempre comunicadas por escrito.
- 16.89. alocar um consultor ou gerente de contas para acompanhar o contrato e indicar o(s) funcionário(s) que estarão dedicados a atender as solicitações do INSS relativas a esta contratação;
- 16.90. garantir o sigilo e a inviolabilidade das conversações realizadas através do serviço desta contratação;
- 16.91. manter estrito sigilo referente a dados ou informações obtidos em razão do contrato, sendo vedada a utilização do nome do INSS para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade;
- 16.92. assegurar a portabilidade para toda a numeração Faixas DDR atualmente contratada pelo INSS;
- 16.93. aceitar nas mesmas condições contratadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme previsto no art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93.
- 16.94. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1. No caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, o INSS deverá ser comunicado por escrito sobre estas mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos à execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e a manutenção das condições

estabelecidas no Contrato original;

17.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do objeto e que não implique em parcela de maior relevância ou atividade principal do mesmo, dependendo, ainda, de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

17.3. A utilização de serviços de outras operadoras de telefonia visando atender demandas de interconexão, roaming nacional e roaming internacional é algo inerente ao modelo de mercado, não sendo possível definir com precisão, qual o nível de interação entre as empresas, pois envolve muitas variáveis, dependendo da operadora, local, tecnologia utilizada, origem e destino da conexão, localização e particularidades do órgão CONTRATANTE, dentre outras.

17.3.1. Os serviços em comento que culminam com a permissão de subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do objeto e que não implique em parcela de maior relevância ou atividade principal do mesmo, são face da obrigatoriedade de interconexão entre as prestadoras de serviços de telecomunicações, na forma do art. 147 da Lei nº 9.472/1991 e do Regulamento Geral de Interconexão entre operadoras (RGI) (Resolução ANATEL nº 693, de 17/07/2018), que dispõe sobre as regras básicas de interconexão entre redes de prestadoras de serviços de telecomunicações.

17.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

19.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

19.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

19.8. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

19.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

19.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

19.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

19.12. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017.

19.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

19.14. A fiscalização relativa ao cumprimento das metas estabelecidas na Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019, Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RQUAL-STFC, serão de responsabilidade da ANATEL, à qual a contratada deverá prestar informações.

19.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

20.1. Critérios de Recebimento e Aceitação

20.1.1. Serão aceitos para fins de emissão de Termo de Recebimento Definitivo:

a) aqueles serviços que se encontram em operação atendendo a finalidade de comunicação a que se destinam.

20.2. A fiscalização técnica dos contratos avaliará a execução do objeto conforme necessidade.

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.3. Procedimentos de Teste e Inspeção

20.3.1. A critério da CONTRATANTE, testes poderão ser realizados a fim de comprovar as funcionalidades e a especificação proposta neste TR.

20.4. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

20.4.1. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99% (noventa e nove por cento) do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 48 (quarenta e oito) horas contados da data da abertura da solicitação, conforme definido pela Resolução Resolução nº 717/2019 ANATEL (Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL).

20.4.2. Deverá utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL (Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL. Resolução nº 717/2019 ou mais atual).

20.4.3. O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

20.4.4. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

20.4.5. Os níveis mínimos de serviço exigidos deverão obedecer a seguinte tabela:

Quesito	Estimativa	Forma de Acompanhamento	Indicador
Serviço	99 % do tempo contratado para STFC Local, LDN e LDI	Relatórios gerenciais	Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade de 99 % do tempo contratado para STFC Local, LDN e LDI

21. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1. A emissão da primeira Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

- Ao final da instalação dos entroncamentos E1s, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a declaração dos serviços executados.
- Será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- Aprovação das documentações referente;
- Entrega do relatório de instalação dos entroncamentos E1s com suas faixas DDR de todas as localidades.

21.2. A emissão das Notas Fiscais/Faturas subsequentes deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

21.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

21.2.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

21.2.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

21.2.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

21.2.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

21.2.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

21.2.3. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

21.2.3.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

21.2.3.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

21.2.3.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

21.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dos serviços de STFC Local, LDN e LDI, com base nos níveis mínimos de serviço exigidos (Resolução nº 717/2019- ANATEL-RQUAL-STFC) ou instrumento substituto.

21.3.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

21.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

- Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dos serviços mensais de STFC Local, LDN e LDI, com base nos níveis mínimos de serviço exigidos (Resolução nº 717/2019- ANATEL-RQUAL-STFC) ou instrumento substituto;
- Apresentar Nota Fiscal/Fatura detalhada por número DDR e agrupada por tronco chave, com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência;
- Os serviços iniciados antes do recebimento do termo definitivo das instalações dos entroncamentos E1s, poderão ter sua fatura proporcional aos serviços prestados naquele período.

22.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 22.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 22.2.1. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 22.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 22.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 22.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período de prestação dos serviços;
 - e) os valores a líquido, bruto, multas e juros a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 22.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 22.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 22.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 22.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 22.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 22.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 22.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 22.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 22.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 22.13. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 22.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
- a) $EM = I \times N \times VP$, sendo:
 - b) EM = Encargos moratórios;
 - c) N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 - d) VP = Valor da parcela a ser paga.
 - e) I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 22.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23. DO REAJUSTE

- 23.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 23.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^o) / I^o$, onde:
 - R = Valor do reajuste procurado;
 - V = Valor contratual a ser reajustado;
 - Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

- I = Índice relativo ao mês do reajustamento

23.3. De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha a determinar redução de tarifas, essas serão estendidas à CONTRATANTE, a partir da mesma data-base.

23.4. Os reajustes de tarifas devem ser comunicados à CONTRATANTE previamente, por meio de documento oficial expedido pela CONTRATADA.

23.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

23.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice de definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

23.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

23.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

24. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

24.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

24.1.1. Fica dispensada a prestação de garantia por que o serviço a ser prestado não envolve a presença da futura contratada ou de seus prepostos nas dependências do INSS a não ser no momento da instalação dos entroncamentos E1s;

24.1.2. Não haverá a utilização de equipamentos de propriedade do INSS, evidenciando a impossibilidade da prestação dos serviços ora licitados virem a causar dano ao patrimônio do Instituto;

24.2. A fiscalização relativa ao cumprimento das metas estabelecidas na Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019, Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RQUAL-STFC, serão de responsabilidade da ANATEL, à qual a contratada deverá prestar informações.

24.3. Ademais, o pagamento de eventuais multas que venham a ser aplicadas consta com previsão editalícia e contratual para seu recebimento e também encontra amparo legal, inclusive de Resoluções da Anatel, que permitem obrigar a futura contratada a quitá-las.

24.4. No setor de Telecomunicações as concessionárias de telecomunicações são fiscalizadas e reguladas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e todas devem atender os padrões mínimos de qualidade e disponibilidades de prestação dos serviços STFC, estabelecidos pelas Resoluções e legislações da ANATEL.

24.4.1. Os níveis mínimos de garantia dos serviços exigidos deverão obedecer os indicativos de qualidade e disponibilidade de serviços, estipulados pela ANATEL e não cabe ao INSS estabelecer regulamentação e indicadores já estabelecidos e regulados pela agência reguladora competente.

25. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

25.1. O prazo de vigência dos contratos é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

26. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

26.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

26.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

26.2.2. **Multa de:**

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do item em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do item, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do item, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal, conforme tabela 1 e 2 abaixo.
- e) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

26.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

26.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

26.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

26.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 26.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

26.4. As sanções previstas nos subitens “26.2.1”, “26.2.3”, “26.2.4” e “26.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

26.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper os serviços por mais de 48 horas, salvo motivo de força maior ou caso fortuito de queda massiva;	04
3	Cobrança por serviços não prestados;	01
4	Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências;	02
5	Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço;	03
6	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso;	04
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

26.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

26.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

26.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

26.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

26.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

26.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

26.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

26.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

26.14. O descumprimento, por parte da empresa que vier a ser contratada, dos níveis mínimos de serviço exigidos no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RQUAL-STFC (Resolução nº 717/2019), ocasionará punições, nos termos da regulamentação.

27. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

27.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

27.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

27.3. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor será:

- a) A Comprovação de aptidão para prestação dos serviços de STFC Local, LDN e LDI e compatível com o objeto deste Termo, será mediante cópia do contrato de concessão ou do termo de autorização para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado, outorgado pelo poder concedente (ANATEL), nos termos da legislação em vigor, ou cópia do extrato de sua publicação em Diário Oficial da União;

27.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

27.4.1. O critério de julgamento da proposta é o maior desconto por GRUPO em relação ao valor estimado pela administração.

27.4.2. O desconto será aplicado sobre o valor mensal do item;

27.4.3. Na apresentação da proposta a empresa deverá apresentar os valores unitários sendo que estes não poderão ser superiores aos preços estimados pela administração.

27.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

28. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS.

28.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviço, não havendo dedicação exclusiva de mão de obra, e insumos, tornando-se dispensável o detalhamento dos custos e formação dos preços, pois os valores são regulados por Atos expedidos pela ANATEL que entram no mérito de parâmetro de valores dos serviços a serem praticados no mercado pelas empresas outorgadas pela ANATEL, entretanto foram realizadas também, pesquisas de preços em editais homologados no Painel de Preços - CATSER que é base oficial de preços, em conformidade com o Decreto nº 7.983/2013.

28.2. O custo estimado da contratação para o primeiro ano, somando os 04 Grupos e 04 Contratos é de **R\$ 700.365,00 (Setecentos mil, trezentos e sessenta e cinco reais).**

28.3. A estimativa de valores será dividida em 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo, conforme representado abaixo:

GRUPO 1			
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Mensal
1	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)	R\$ 13.93
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)	
2	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)	R\$ 7.82
		Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)	
3	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)	R\$ 2.61
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)	
			Mensal
TOTAL/GLOBAL (Grupo 1)/ Contrato 1			R\$ 24.37

GRUPO 2			
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Mensal
4	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)	R\$ 10.30
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)	
5	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)	R\$ 5.80
		Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)	
6	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)	R\$ 2.10
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)	
			Mensal
TOTAL/GLOBAL (Grupo 2)/Contrato 2			R\$ 18.20

GRUPO 3			
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Mensal
7	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)	R\$ 68
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)	
8	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)	R\$ 69
		Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)	
9	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)	R\$ 25
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)	
TOTAL/GLOBAL (Grupo 3)/ Contrato 3			Mensal R\$ 1.62

GRUPO 4			
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Mensal
10	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)	R\$ 9.45
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)	
11	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)	R\$ 3.45
		Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)	
12	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)	R\$ 1.25
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)	
TOTAL/GLOBAL (Lote 4)/ Contrato 4			Mensal R\$ 14.15

TOTAL/GLOBAL			Mensal R\$ 58.30
--------------	--	--	---------------------

28.4. Os quantitativos e valores detalhados dos serviços, constam nas Planilhas "Perfil de Tráfego- Preços Totais" Anexo I-C deste Termo.

28.5. Os detalhamentos dos custos, bem como os códigos CATSER dos serviços no Pannel de preços GOV, pesquisas de preços e formação dos preços, constam na Planilha "Levantamento de Custos- Preços por serviço" Anexo I-B e documento Anexo I-E- "Pesquisa de preços no Pannel de Preços" deste Termo.

29. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

29.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

29.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada a dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao INSS, pela Lei Orçamentária Anual.

30. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

30.1. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

30.1.1. ANEXO I-A- PLANTA DE INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA - SEI [10630518](#)

30.1.2. ANEXO I-B- LEVANTAMENTO DE CUSTOS- PREÇOS POR SERVIÇO- SEI [10630557](#)

30.1.3. ANEXO I-C- PERFIL DE TRÁFEGO- PREÇOS TOTAIS- SEI [10630569](#)

30.1.4. ANEXO I-D-ENDEREÇOS-E1- SEI [10630585](#)

30.1.5. ANEXO I-E- PESQUISA DE PREÇOS NO PAINEL DE PREÇOS- SEI [10630635](#)

30.1.6. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP DIGITAL - SEI [10331729](#)

30.1.7. MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - SEI [10278790](#)

RODRIGO DIAS FIGUEIRA

Analista do Seguro Social - Engenheiro de Telecomunicações
DENGPAI-Superintendência Regional Sul

Rodrigo Durães de Vasconcellos

Analista do Seguro Social - Engenheiro de Telecomunicações
DENGPAI-Superintendência Regional Sudeste II



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DURAES DE VASCONCELLOS**, **Analista do Seguro Social - Engenheiro de Telecomunicações**, em 13/03/2023, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DIAS FIGUEIRA**, **Analista do Seguro Social**, em 13/03/2023, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10845598** e o código CRC **90078B10**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.015299/2022-46

SEI nº 10845598

Criado por [rodrigo.figueira](#), versão 57 por [rodrigo.figueira](#) em 13/03/2023 16:08:39.